FGV DIREITO SP

PROJETO DE PESQUISA – MESTRADO PROFISSIONAL

INCUMPRIMENTO EM CONTRATOS PARITÁRIOS DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE INSUMOS PARA IMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO

Nilson de Oliveira Moraes Junior

Orientador: Pedro Ricardo e Serpa

Projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado Profissional da FGV Direito SP do programa de Direito dos Negócios.

São Paulo
2021

SUMÁRIO

I. TEMA, CONTEXTO E QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA.....3

II. QUESITOS, FONTES DE PESQUISA E FORMAS DE ACESSO.....3

III. RELEVÂNCIA PRÁTICA, CARÁTER INOVADOR E POTENCIAL DE IMPACTO…4

IV. FAMILIARIDADE COM OBJETO DA PESQUISA.....5

V. BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR.....5

VI. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....6

1. Tema, contexto, questão central de pesquisa

A pandemia de COVID-19 fez com que diversas atividades fossem interrompidas, causando impacto na produção de insumos necessários para diversas atividades, como por exemplo construção civil, indústrias de veículos automotores, limpeza e perfumaria, além das indústrias químicas, o que causou diversos inadimplementos contratuais, tanto pela impossibilidade de entrega de bens, como pelo atraso no prazo pactuado.

Mas não é só a pandemia que causa situações que o inadimplemento decorra da ausência de insumos, mas há diversas situações, tais como a não entrega de algum fornecedor, o encalhamento do navio cargueiro no canal de Suez, problemas climáticos que impede a própria produção de algum insumo agrícola, entre incontáveis outras hipóteses.

Dentro deste contexto, a questão que se coloca em análise é se a ausência de insumos (desde que não seja por desídia em sua compra) configura fato imputável ou inimputável ao contratante inadimplente.

Após tal análise, o objetivo é compreender quais são as implicações jurídicas de tal inadimplemento a partir de tal perspectiva, a utilização do contrato como instrumento de alocação de riscos e de qual forma deve ser calculado eventual indenização do devedor, considerando o possível interesse positivo ou negativo.

O modelo de pesquisa escolhido para a realização do trabalho foi o exploratório e de resolução de problema, uma vez que se buscará realizar uma análise fundamentada na legislação vigente, análise bibliográfica e jurisprudencial, a fim de possibilitar a partir de tal análise, propor a melhor forma de redação de contratos com objetivo de alocação de risco adequado, a fim de garantir ou impedir a responsabilização por eventos externos às pessoas dos contratantes.

2. Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso

Contextualização Fática

- Em que contextos há impossibilidade no cumprimento de obrigações por ausência de insumos?
- As relações jurídicas das partes podem influenciar a relação contratual?
- Problemas climáticos/pandêmicos justificam inadimplementos ou mora no cumprimento de obrigações?

Referencial teórico-normativo

- O que é responsabilidade civil contratual?

- Como o direito brasileiro trata a inexecução das obrigações?
- A culpa é elemento essencial para responsabilização civil contratual ou a responsabilidade civil nestas relações contratuais é objetiva?
- Quais as normas do Direito brasileiro que tratam o tema?
- O inadimplemento em razão da ausência de insumos poderia se caracterizar como excludente de responsabilidade ou força maior?
- A quem o direito pátrio atribui o risco do empreendimento?
- Há diferença se o contrato for de meio ou de resultado?
- Em sendo verificada a responsabilidade, quais os danos/interesses indenizáveis pela parte inadimplente?

Abordagem analítica

- As partes podem dispor sobre a alocação de riscos decorrentes da relação contratual?
- A análise econômica do Direito poderia auxiliar quem deve suportar os danos decorrentes do inadimplemento contratual?

Conclusão propositiva

- O trabalho possui objetivo de verificar quem deverá suportar os prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual em razão da impossibilidade de implemento da obrigação em razão da ausência de insumos, bem como propor como os contratos devem ser formados com objetivo de alocar os riscos de forma economicamente eficiente.

3. Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto

Em que pese situações de inadimplemento contratual decorrente de ausência de insumos ou por falha na entrega de um fornecedor terceiro em determinada situação contratual não seja algo novo, é certo que a pandemia fez com que tais questões ficassem mais evidentes, causando inúmeros inadimplementos e prejuízos.

Dentro deste aspecto, é muito importante destacar fenômenos como os apontados, que acabam por colocar em xeque as lógicas jurídicas e econômicas do contrato, principalmente considerando o contrato como instrumento de alocação de riscos.

Além disso, é necessário profunda análise para verificar a aplicação ou não de institutos convencionais relacionados ao inadimplemento, como caso fortuito ou força maior, como causa de afastamento de responsabilidade. Por outro lado, a imputabilidade pelo descumprimento contratual é um elemento central para responsabilização civil.

Assim, pelo exposto, o tema é de alto relevo por ser questão de difícil aspecto teórico e possui aplicabilidade prática rotineira, o que demonstra, ainda, o potencial inovador, visando a análise das melhores práticas contratuais, a fim de que os contratantes tenham consciência quanto a alocação de risco e a forma de distribuir tais ônus.

4. Familiaridade com objeto da pesquisa

Desde a faculdade, sempre trabalhei com contencioso relacionados à responsabilidade civil decorrente do descumprimento contratual, de modo que tenho bastante experiência prática com ações com essa temática.

Assim, por se tratar de temática ligada ao dia a dia de trabalho, busco sempre me atualizar sobre as questões em voga da responsabilidade civil contratual, principalmente sob a perspectiva da elaboração de instrumentos contratuais visando a distribuição da alocação de riscos e previsibilidade da relação negocial.

5. Bibliografia preliminar

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. *A doutrina da tripartição da culpa: Uma visão contemporânea*. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Revista dos Tribunais. Vol. 13/2017. P. 199-229. 2017.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10 ed. - São Paulo. Atlas, 2012.

FACHIN, Luiz Edson. *Responsabilidade Contratual no Sistema Turnkey Lump Sum.* Soluções Práticas. Vol. 1. Revista dos Tribunais. P. 393-425. Jan/2012.

FACHIN, Luiz Edson. *Risco Contratual e a ocorrência de fato superveniente*. Soluções práticas. Vol. 1. Revista dos Tribunais. P. 115-133. Jan/2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: responsabilidade civil, volume 3. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil. 12.ed. Salvador: JusPodivm, 2018

FRAZÃO, Ana. *Liberdade de contratar e alocação de riscos: As recentes transformações que colocam em xeque as premissas essenciais da teoria contratual*. Artigo publicado no Portal Jota em 10.06.2020. Disponível em: **https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/liberdade-de-contratar-e-alocacao-de-riscos-10062020**

GALHERA, Adriano. Acerca da inexecução das obrigações. Artigo publicado no Portal Migalhas em 15.10.2014. Disponível em: **https://www.migalhas.com.br/depeso/209313/acerca-da-inexecucao-das-obrigacoes**

MARTINS-COSTA. Judith; COSTA E SILVA, Paula. *Crise e perturbações no cumprimento da prestação. Estudo de Direito comparado Luso-Brasileiro*. São Paulo. Quartier Latin, 2020.

NANNI, Giovanni Ettore. *Frustação do fim do contrato: Análise de seu perfil conceitual*. Revista brasileira de Direito Civil – RBDCivil. Belo Horizonte, v. 23. P. 39/56. Jan/mar. 2020.

PELUSO, Cezar. Et al. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência: Lei n. 10.406/ de 20.01.2002. Coordenador: Cezar Peluso. – 9. ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2015.

PIRES, Catarina Monteiro. *Impossibilidade da prestação*. Coimbra. Almedina, 2020.

POSNER. Eric A. *Economic Analysis of Contract Law after Three Decades: Sucesso or Failure?*. 112 Yale Law Journal 829. 2003.

STEINER. Renata Carlos. *Interesse positivo e interesse negativo: a reparação de danos no Direito Privado brasileiro*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Doutorado em Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

6. **Cronograma de execução**

	2021			2022												
Atividade	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Horas
Alinhamento com orientador	5				5			5		10						25h
Aprofundamento teórico	20	20	20													60h
Seleção Bibliográfica		10	10	10			10	10	10							[...]
Seleção de cases paradigmas			20		20											[...]
Seleção de decisões judicias que possam impactar na conclusão		5	5		5	5	5									[...]
Redação							15	15	15							[...]
Formatação e revisão de questões formais								10	10	10	10	30				[...]
Revisão da Disertação													15	15		[...]